

EMPREGADO X EMPREGADOR. QUEM É O INIMIGO? Alcebíades Tavares Dantas.

Resumo: O presente trabalho procura investigar e responder à pergunta sobre quem é o inimigo nas relações de trabalho, e se realmente existem inimigos. Intenciona, na medida do possível, dar um enfoque multidisciplinar para atender aos objetivos originais propostos, que era inicialmente atender a um convite para uma palestra com tempo reduzido no auditório da OAB do RJ, sobre o tema, mas, durante a pesquisa para encontrar uma resposta, foi coletado mais material do que o necessário para a palestra, mas que se tornou necessário ordenar e publicar.

I

Foi-me solicitado por meu amigo Luciano Viveiros que, neste encontro realizado na Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, respondesse a uma pergunta curta e aparentemente simples: quem é o inimigo nas relações entre patrões e empregados?

Mas a resposta não é simples ou fácil de dar. Ela, no meu entender, é complexa, e não tenho certeza se poderei responder a ela adequadamente, ou se vocês sairão daqui satisfeitos ou frustrados, porque pretendo apenas apontar aspectos para reflexões e pesquisas.

A resposta passa necessariamente pela psicologia, pelo direito, pela forma civilizatória construída, pela economia, pelas ideologias e crenças contemporâneas, pela religião, assim como pelo exame do exercício do poder ou por suas reações a ele, ou mesmo pelo que alguns chamam de capitalismo selvagem, ou, ainda, pelo que Marco Maciel chama de “ética da especulação”, ou até pelas razões e origens dos radicalismos, dos quais o fundamentalismo contemporâneo é apenas uma das facetas.

A psicologia revela a existência da inveja e do instinto de morte, sendo este o impulso inconsciente na direção da degeneração, destruição e agressão. O impulso agressivo nos compele a destruir, subjugar e matar. Já quanto à inveja, não é possível desenvolver aqui, com maior profundidade, o que a psicanálise entende sobre ela, mas a citação de dois exemplos permite uma ligação entre a inveja e a razão pela qual muitos agem como inimigos: Caim, segundo o registro bíblico, mata Abel. Quem é o inimigo? Seria Abel realmente um inimigo? Para Caim, sim. Mas por que Caim matou Abel? Afirmam os rabinos judeus que foi por causa da inveja. A inveja e os elementos de corrupção intrínsecos em Caim seriam o inimigo e a razão da tragédia de Caim e Abel?

Charles Melman, um psicanalista francês, cita o exemplo de um jornal vespertino francês que publicou as somas que os dirigentes de grandes empresas recebem graças às suas opções “stock”. Afirma Melman que ele as publicou com a vontade de jogar essas pessoas ao pasto de seus leitores: “Vejam vocês! Que injustiça! Eles ganham tanto dinheiro enquanto vocês têm um salariozinho...” É a inveja provocada por esses rendimentos que está em jogo, a questão não é julgá-los. O que é escandaloso é que possa haver inveja e, então, simultaneamente, desejo. Pergunta então Melman: seria mesmo preciso chegar a expurgar a inveja?

Ele afirma que não se pode chegar a isso porque basta um nadinha que seja de diferente para provocar a inveja. O que é espantoso, afirma ele, é o caráter muito primitivo, muito estúpido do processo. Em lugar de respeitar o fato de que há inveja, de que haja desejo, o que, afinal, é o grande motor social e o grande motor do pensamento, assistimos hoje a uma denúncia de todas as assimetrias em proveito de uma espécie de igualitarismo que, evidentemente, é a imagem mesma da morte, quer dizer, da entropia enfim realizada, da imobilidade.

Na inveja, o desejo de ser igual fundamenta-se em uma cobiça voraz e destrutiva. A inveja pode ser compreendida através de três concepções: instintivista, a frustracionista e a narcisística. O invejoso recusa-se a ver as diferenças entre ele e o outro, que possui as qualidades de que necessita ou que inveja, e, como não pode obtê-las, quer destruí-lo.

Numa outra linha de estudos relacionados com o nosso tema, e para que possamos encontrar uma resposta à pergunta, cabe lembrar que Albert Camus no seu livro “O homem revoltado” (Editora Record, 2003, RJ), fala da revolta metafísica, pela qual o homem se insurge contra a sua condição e contra a criação. Ela é metafísica porque contesta os fins do homem e da criação. De forma diversa, o escravo protesta contra sua condição no interior de seu estado de escravidão; o revoltado metafísico, contra sua condição na qualidade do homem. O escravo rebelde afirma que nele há algo que não aceita a maneira como o seu senhor o trata, enquanto o revoltado metafísico é um frustrado pela criação. O escravo nega o senhor, enquanto o revoltado exige um valor que seja claramente reconhecido em si mesmo. O escravo começa reclamando justiça e termina querendo realeza, porque também precisa ter a sua vez para dominar, enquanto a revolta só se imagina contra alguém.

Já no que concerne à relação existente entre a pergunta e o poder, Michel Foucault (1979), referindo ao poder, escreveu que ele não é um objeto, nem uma coisa. O que existe são práticas de poder. É uma relação, algo que circula, que funciona em cadeia e nunca é apropriado, como uma riqueza ou um bem. E como práticas, ou as formas como é exercido, ou mesmo reações à forma como é exercido, não deixa de ter relação com o nosso tema.

O poder pode se expressar de forma autoritária ou como autoridade. Ensina José Otávio Fagundes que “o autoritarismo se sustenta na força bruta e na coerção, destituída de legitimidade. É o protótipo da idealização do poder, do abuso do poder que corrompe, da prepotência que tudo pode e que está acima

da lei, da ética e das instituições”. Podemos ver isso expresso nos seguintes pensamentos: “Na guerra eterna, a humanidade se torna grande; na paz eterna, a humanidade se arruinaria” (Hitler). “Os fins justificam os meios” (Maquiavel). “É certo que a liberdade é algo precioso, tão precioso que deve ser racionada” (Lênin) (José Otávio Fagundes, Ideal e idealização na trama do poder. pp. 100 e 101, Revista Brasileira de Psicanálise, vol. 39, nº 2, 2005, 1ª parte).

Mas, procurando dar uma resposta imediata e superficial à pergunta, poderíamos dizer que um empregado que sabota instalações industriais, ou mata um patrão não pode deixar de ser visto como um inimigo, até mesmo pela simples leitura do verbete num dicionário, que define inimigo como “o que se encontra em oposição, que se mostra hostil, contrário, funesto, adverso, ao grupo oposto. É aquele que se empenha em destruir o outro, causar-lhe dano, desacreditá-lo” (Dic. Houaiss da Língua Portuguesa).

Quando olhamos dessa forma, não é possível dizer que não existem inimigos, porque todas as crenças e percepções e valores foram construídos e parecem se encaminhar nessa direção. As guerras e os conflitos estão aí para confirmar as percepções e valores construídos.

Poderiam também ser apresentados como inimigos o empregador ganancioso com pouca responsabilidade social, ou a competição doentia, ou mesmo a inundação gigantesca da moderna civilização das máquinas, assim como seria nossa inimiga a imagem que construímos da nossa sociedade, a imagem que construímos do outro, e através da qual nos comunicamos ou nos relacionamos. Essa imagem, em grande medida, está assentada e estabelecida na crença ou na visão de que há inimigos, mas uma forma tão simples e direta de encarar a questão é pouco científica e nos obriga a ter que reconhecer que certos referenciais foram perdidos, e que nada aprendemos com a simples escolha de inimigos, até mesmo porque uma imagem é uma construção do pensamento que ofusca a verdade. Uma imagem mental, uma idéia, não é necessariamente verdadeira.

Muitas doutrinas, tidas como científicas e construídas pelos homens, por outro lado, também apontam nesta direção ou constataam essa realidade. Hobbes, por exemplo, no Leviatã, afirma que “a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo nesse caso cada um governado por sua própria razão, e não havendo nada de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se que, numa tal condição, todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros” (p. 78, Ed. Abril Cultural, 1979, SP).

Na tradição do pensamento científico, o conflito social, de onde também pode emergir a figura do inimigo, tem sua origem em duas fontes aparentemente alternativas:

uma pré-social (Hobbes);
outra social (Locke, Adam Smith).

A fonte pré-social do conflito seria a “natureza humana” individualista, egoísta, concebendo-se o homem como sujeito de interesses privados, cabendo aqui observar que a psicanálise também olha para o ser constitutivo do desejo, para o ser que inveja. Embora Hobbes tenha o conflito como pressuposto necessário de sua teoria, está ele preocupado com a ordem, e como ela é possível na sociedade. Já para Locke, ao lado dos interesses individuais privados naturais, existem os direitos naturais dos indivíduos, deslocando ele, portanto, a questão da ordem da esfera do Estado para a esfera da sociedade civil.

Para Hobbes, os interesses privados se chocam, mas em Locke encaminham-se para o consenso.

Os economistas clássicos, por sua vez, mais tarde, determinarão que cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado e, desse modo, sem o saber, serve ao interesse privado de todos, ao interesse geral. Porém como a razão sempre possibilita o raciocínio e argumentos na direção oposta, podemos dizer que cada um obstaculiza, reciprocamente, a realização do interesse do outro, resultando antes numa negação geral.

Marx, por sua vez, mostra a contradição do pensamento burguês clássico, que parte de indivíduos tomados como naturalmente separados em suas condições de existência e em seus interesses. Observa ele que a luta de todos contra todos não pode levar ao bem comum. Toda sua preocupação está direcionada no sentido de relativizar o pensamento teórico burguês e que vai se manifestar no nível político-jurídico como princípio do contrato social e, no nível econômico, como princípio de mercado. Entende que as relações sociais são relações de produção, cujas leis independem dos indivíduos.

O conflito social, ou o que ele chama de conflito ou luta de classes, encontra-se subjacente no próprio processo social, é independente das interações conscientes, sendo um processo historicamente estruturado. Para ele, a história de todas as formações sociais da história tem sido a história da luta de classes, decorrendo o movimento revolucionário da contradição que se instaura entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. O Estado seria um órgão de dominação política da classe dominante.

Cabe aqui enfatizar a sua observação de que as relações de produção, as relações sociais, têm leis que independem dos indivíduos, como se os indivíduos estivessem aprisionados em condições naturais, econômicas e produtivas independentes de sua vontade, ou como se fosse uma marionete da natureza, portanto, sem liberdade de escolha e numa outra forma de escravidão.

Como Marx afirma que as relações de produção, as relações sociais, têm leis que independem dos indivíduos, como se os indivíduos estivessem aprisionados em condições naturais, também podemos dizer que os indivíduos também estão aprisionados nas condições que lhe são próprias e específicas, intrínsecas, ou difíceis de superar. De um lado, os grilhões impostos pela

natureza; do outro, os impostos pelas condições sociais e econômicas e, por fim, os impostos pelas condições naturais individuais.

Marx expressa no Manifesto do Partido Comunista que “a história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes”.

Afirma ele: “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burguês da corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, aberta outras, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta.

Nas épocas anteriores da história, encontramos quase por toda parte uma articulação completa da sociedade em vários estados (ou ordens sociais), uma múltipla graduação das posições sociais. Na Roma antiga, temos patricios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, burgueses das corporações, oficiais, servos, e outros com graduações particulares dentro de quase todas estas classes.

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Limitou-se a colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta, no lugar das anteriores” (Marx Engels, Obras Escolhidas, Edições Avante, Lisboa, Tomo I, pp. 106 e 107).

É evidente o impacto do pensamento de Hobbes, assim como o impacto da formação ideológica transmitida por Marx, como instrumentos de divisão, manutenção e acirramento de conflitos na sociedade contemporânea. É uma formação de pensamento, uma crença, que, por si só, realimenta conflitos e antagonismos, vendo sempre no outro um inimigo. O inimigo do operário seria o burguês, o patrão. O inimigo do escravo seria o patrão. O do servo, o senhor da terra.

Contudo são apenas teorias, construções do pensamento, as quais temos a liberdade de não internalizar, embora o seu impacto na sociedade contemporânea levasse a que procurássemos resolver o dilema da luta de classes tentando estabelecer, na antiga União Soviética, uma assimetria universal com a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção, procurando extinguir a relação entre possuidores e possuídos, aqueles vistos como inimigos. Tentou-se uma utopia de uma igualdade absoluta e fictícia, imposta pela força, mas, levando, conseqüentemente, à guerra fria com blocos com arsenais nucleares prontos para destruição maciça.

Levou-nos também a que tentássemos entender essas questões com os estudos da psicologia, da psicanálise, com as mais variadas ideologias, com doutrinas econômicas. Tivemos até mesmo um holocausto, uma tentativa de assepsia do mundo criado por Deus com a construção de uma nova raça e uma nova sociedade, para criar uma raça pura e perfeita com a eliminação de todo um povo, o judeu, que era o inimigo.

Quando, por outro lado, fazemos uma leitura da história, ou uma leitura diária de jornais, também vamos encontrar inimigos em profusão. Passam a ser inimigos da sociedade os meninos que se envolvem com o tráfico e até mesmo a realidade selvagem. Cito um exemplo ocorrido nesta semana: Plínio de Arruda Sampaio, numa carta aberta ao senador Eduardo Suplicy, publicada na Folha de São Paulo do dia 24 de março de 2006, referindo-se à invasão da Aracruz Celulose e à destruição dos laboratórios da empresa pelas mulheres do Movimento dos Sem-Terra, justificando as invasões e mostrando o seu inconformismo com a posição do senador, afirma que “a realidade é selvagem”, assim como a ameaça que a monocultura de eucaliptos representa para os pequenos agricultores. Afirma ele: “Numa realidade selvagem, temos que ter inimigos”.

Afirma, ainda, que “minha segunda objeção a sua carta aberta se refere à falta de uma outra carta aberta: aquela que teria de ser enviada à Aracruz, reclamando da destruição da aldeia indígena dos guaranis no Estado do Espírito Santo e falando sobre a ameaça que representa atualmente a monocultura da celulose para os pequenos agricultores.

Essa forma de violência, sim, se volta contra a existência física das pessoas, na medida em que destrói o ambiente em que essas unidades familiares podem sobreviver. No entanto, isso se faz daquela forma disfarçada, asséptica, que o capitalismo usa para dar uma aparência de racionalidade à destruição dos grupos humanos que perturbam o progresso — o outro nome da sua fome insaciável de lucro e de acumulação de capital”.

Na visão de Plínio Arruda, o inimigo seria a realidade selvagem, o capitalismo, a insaciável fome de lucro e de acumulação de capital, embora a realidade seja o que o homem faz, é oriunda das condições intrínsecas de como tem agido o homem.

Se porventura a voz da natureza, ou dos seres que a habitam, pudesse ser ouvida, o inimigo seria o homem que destrói o “habitat”, matas, florestas, destrói espécies, provocando o desequilíbrio ecológico e colocando em risco o sistema de vida na terra e até os bens e empregos futuros.

Porém, numa outra visão, observando que há uma unidade, ou que, na relação entre patrões e empregados, um necessita do outro, um não pode prescindir do outro, como se vivessem uma relação siamesca (até mesmo porque todos ao mesmo tempo não podem ser patrões, ou donos de empresas ou de grandes negócios), não teríamos inimigos, e, sim, colaboradores.

Ocorre que trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra invadem fazendas e destroem casas, máquinas, laboratórios, pastos, animais, matam trabalhadores e expulsam outros do seu trabalho. Mas aqui cabe uma indagação para reflexão: são os trabalhadores expulsos um inimigo? Os animais mortos são os inimigos? As casas destruídas são as inimigas? O laboratório da Aracruz destruído é o inimigo? A polícia que é chamada para preservar a ordem é a inimiga? O que os trabalhadores sem terra simbolicamente pretendem com a destruição que empreendem? Querem destruir o patrão, os proprietários ou os

detentores dos meios de produção, ou mesmo o sistema que os leva à revolta? Eles são porventura os revoltados metafísicos ou os escravos revoltados de quem nos fala Alberto Camus?

Cito um outro exemplo: um empresário da Paraíba, ex-possuidor de terras no Maranhão, com uma propriedade de cerca de 9.000 hectares, teve sua propriedade invadida por integrantes do Movimento dos Sem-Terra, e, no momento da invasão, foram mortos dois dos seus empregados e expulsos todos os outros, mas hoje são explorados apenas 30 hectares.

Os empregados mortos eram os inimigos? Os trabalhadores que foram expulsos dos seus empregos eram os inimigos? Creio que, de certa forma, eram considerados inimigos porque estavam identificados com o proprietário, estavam identificados com a defesa e a manutenção de uma situação que eles desejavam romper, estavam identificados com quem tinha alguma coisa, mesmo que fosse um simples emprego; eram também um obstáculo à consecução de desejos, de idéias e de políticas, assim como a terra dos guaranis eram, de igual modo, um obstáculo à ampliação das áreas para os negócios da Aracruz e, num outro aspecto, também um obstáculo aos que não têm terras ou meios de vida adequados.

Mas são realmente inimigos o proprietário da terra que procura sobreviver ou mesmo quer acumular fortuna, os empregados mortos, o laboratório da Aracruz, o sistema econômico, a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas, ou estamos diante de mecanismos culturais, sociais, psíquicos, econômicos autonomizados, criados pelos homens para os servir, mas que se voltam contra eles mesmos e que levam a essa idéia da existência de inimigos?

Na Inglaterra, no típico estilo Inglês de civilização, há tempos ocorreu uma greve que durou muito tempo, creio que um ano ou mais, mas que terminou com o fechamento da empresa e com o desemprego de todos os empregados. Não houve entendimento ou acordo, e, sim, uma pacífica e total intolerância, se é que a tal grau de intolerância, de irracionalidade e de desentendimento possamos chamá-la de pacífica. Ninguém abriu mão de nada, absolutamente nada! O patrão não abre mão do lucro, os empregados não abrem mão dos empregos para que outros possam ganhar mais, ninguém abre mão de nada, numa típica decisão suicida, onde prevalece o instinto de morte, onde simbolicamente o outro é morto.

No Estado do Maranhão, conheço um sindicato cujos conflitos internos dividiram a categoria e provocaram a criação de um outro sindicato. Como a criação do outro sindicato não resolveu o conflito interno, ainda hoje, temos, no mesmo sindicato, três grupos internos em franca hostilidade, inclusive com brigas físicas, intervenção da polícia, tiros, e inúmeras querelas judiciais. Cada grupo quer fazer prevalecer o seu ponto de vista, o seu interesse, a sua ânsia por poder.

Quem é realmente o inimigo quando líderes sindicais em conflitos abertos usam as ações judiciais para fazer prevalecer seus pontos de vista, seus interesses pessoais, ou para resolver conflitos internos, políticos, ou criam novos sindicatos, provocando divisões e enfraquecimentos na categoria, ou quando vão até as vias de fato, obrigando a intervenção da polícia para evitar conflitos mais graves e manter a paz? Quem é, por sua vez, o inimigo quando, em conflitos políticos eleitorais, prefeitos são assassinados por adversários?

Sabemos que, entre grupos competidores, cada grupo começa a ver o outro como inimigo, e não simplesmente como objeto neutro. Cada grupo passa a experimentar distorções de percepção e tende a perceber as melhores partes de si próprio, negando suas fraquezas, assim como tende a perceber somente as piores partes do outro grupo, negando-lhe as virtudes. Aumenta também a hostilidade em relação ao outro grupo, ao mesmo tempo que diminui a interação e a comunicação. Caso os grupos sejam forçados à interação, cada um tende a ouvir melhor os seus próprios representantes, e não ouvir os do outro.

Não há, portanto, uma resposta simples, mas a pergunta que foi formulada nos instiga a continuar a procurar explicações e as razões pelas quais pensamos que existem inimigos.

II

O QUE OCORRE NO MUNDO DO TRABALHO

Além dos aspectos relacionados com o mundo do trabalho que foram citados, um inquérito realizado pela União Europeia revela que cerca de 12 milhões de trabalhadores já foram vítimas de maus tratos psicológicos, e, em Portugal, o tema já foi até discutido na Assembleia da República. São várias as designações do fenómeno: violência psicológica, assédio moral, terrorismo psicológico, “mobbing”. O que tem de consensual são as elevadas proporções do fenómeno, sendo as ações mais comuns as dirigidas contra a reputação e a dignidade das pessoas, a manipulação da comunicação e da informação.

As consequências dessa prática revelam-se em nível psicológico e físico como insônia, estresse, depressão, ansiedade. Também se chegou à conclusão de que a evolução tecnológica provoca mais violência psicológica porque se percebe que se dá maior relevância aos fatores económicos do que aos humanos.

O ajuizamento anual de cerca de três milhões de ações trabalhistas no Brasil revela que há algo errado no mundo do trabalho, e, embora crie um regime de pleno emprego para advogados e funcionários da Justiça, revela a existência de elementos nas profundezas da cultura de que está ocorrendo algo que

bloqueia o entendimento e leva as pessoas a procurarem uma outra instância para solucionar conflitos.

Marie-France Hirigoyen, estudando o assédio moral e a violência perversa no cotidiano, afirma que pequenos atos perversos são tão corriqueiros que parecem normais. Começam com uma simples falta de respeito, uma mentira, uma manipulação. Não achamos isso insuportável, a menos que sejamos diretamente atingidos. Se o grupo social em que tais condutas aparecem não se manifesta, elas se transformam progressivamente em condutas perversas ostensivas, que têm conseqüências graves sobre a saúde psicológica das vítimas” (Assédio Moral — a violência perversa no cotidiano, Ed. Bertrand Brasil, 4ª edição, 2002, RJ).

Fiorelli, Olivé e Malhadas Junior, no livro Psicologia nas Relações do Trabalho, ao citar vários exemplos de problemas que surgem nas relações de trabalho, afirmam que é corriqueiro que empregados, até então considerados colaboradores, talentos, ou fiéis à organização, tão logo se desligam dos empregos, ajuízem ações trabalhistas, ou então que as ações adotadas para melhorar qualidade de vida no trabalho sejam interpretadas como tentativas de manipulação, ou recebidas como pagamentos atrasados por injustiças cometidas anteriormente; ou mesmo que empregados pouco dedicados ao trabalho tornem-se líderes e comecem a exercer influência danosa sobre a produtividade; ou, ainda, que os boatos sejam mais valorizados do que comunicações oficiais, ou que as expectativas irreais quanto a salários ou benefícios acabem conduzindo a relacionamentos difíceis e até mesmo impossíveis e levem a que empregadores pretendam a prática de salários aviltados, ou empregados queiram salários excessivos; ou empregados tornem-se desmotivados e desinteressados apenas aguardando a ordem de dispensa; ou, ainda, que empregados com boa saúde vão buscar guarida nas licenças médicas, enquanto outros de níveis profissionais diferentes procurem equiparações salariais inaceitáveis; ou que gerentes e supervisores utilizem profissionais à sua disposição como se fossem máquinas; ou mesmo juízes dominados por problemas particulares, frustrações ou preconceitos, ou mesmo formação intelectual ou de caráter deficientes, não consigam analisar com imparcialidade ou equilíbrio a realidade dos fatos ou circunstâncias que lhe são submetidos.

Recentemente assisti a um documentário, num canal por satélite, que mostrava empregados flagrados em atitudes que revelam conflitos, ou franca hostilidade com os patrões. Vou citar apenas três exemplos: uma empregada, após o expediente, levantava a almofada do assento, urinava no sofá, e, apesar de buscas incessantes, não era descoberta a origem do mau cheiro. A instalação de uma câmera resolveu o enigma; outro atendeu o pedido do patrão urinando dentro do café que havia sido solicitado; um outro, num restaurante, apanha a comida que caiu no chão e coloca tudo de volta para servir ao cliente.

Poderia também falar no desvio proposital do capital das empresas, e aqui pode servir como exemplo o caso da Parmalat, ou falar da implantação de tecnologias para obtenção de maiores lucros, mas que acabam os empregos e ajudam a desorganizar a vida dos empregados demitidos, ou falar das políticas

de aviltamento de salários para atender a uma concorrência predatória ou aumentar lucros, por parte de patrões, como fontes geradoras de conflitos e de alterações na organização social, ou mesmo lembrar um ensinamento judaico de que “o mais longo dos caminhos é o que leva ao bolso”, portanto todas questões importantes para encontrar explicações para a pergunta formulada, ou para a questão de como o homem faz uso do dinheiro.

Herbert Marcuse, estudando a sociedade industrial desenvolvida, afirma que, nessa sociedade, “o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais. Oblitera, assim, a oposição entre existência privada e pública, entre necessidades individuais e sociais. A tecnologia serve para instituir formas novas, mas eficazes e mais agradáveis de controle e coesão social. A tendência totalitária desses controles parece afirmar-se ainda em outro sentido — disseminando-se pelas áreas menos desenvolvidas e até mesmo pré-industriais e criando similaridades no desenvolvimento do comunismo” (Ideologia da Sociedade Industrial, p. 18, Zahar Editores, 1967, RJ).

Embora um aparato totalitário introduza uma forma de totalitarismo e novas formas eficazes de controle e coesão social, não quer dizer que ele dê uma experiência intersubjetiva satisfatória ou que consiga tornar o sujeito independente da intersubjetividade do outro.

Herbert Marcuse, no estudo acima citado menciona François Perroux e diz o seguinte:

“.não é pela obediência nem pela dureza do trabalho, mas pela condição de ser um mero instrumento e pela redução do homem à condição de coisa”. Conclui então: “Esta é a forma pura de servidão: existir como um instrumento, como uma coisa” (p. 49, Zahar Editores, 1967).

Afirma também que “a máquina afirma sua maior dominação ao reduzir a “autonomia profissional” do trabalhador, integrando-o com outras profissões que sofrem e dirigem o conjunto técnico, no quanto se torna, ela própria, um sistema de ferramentas de trabalho individual. Na verdade, a autonomia “profissional” anterior do trabalhador era, antes, sua escravização profissional. Mas esse modo específico de escravização era, ao mesmo tempo, a fonte de seu poder específico, profissional de negação – o poder de parar um processo que o ameaçava de aniquilamento como ser humano. Agora o trabalhador está perdendo a autonomia profissional que o fez membro de uma classe destacada de outros grupos ocupacionais por personificar a refutação da sociedade estabelecida” (obra cit. p. 45).

Quando nos referimos as coisas o exemplo mais próximo que nos vem à mente é o da revolta que isso pode acarretar, o das antigas coisas, os antigos objetos, os escravos, que lutaram contra seus inimigos para se libertarem.

Noam Chomsky, numa entrevista a David Barsamian, publicada pela editora Universidade de Brasília com o título “A Minoria Próspera e a Multidão

Inquieta”, mostra um outro totalitarismo quando afirma que “negócios ou grande corporações são, internamente, estruturas facistas. O poder está em cima. As ordens vêm de cima para baixo. Ou você segue as ordens, ou você está fora.

Diz ele que a concentração de poder nessas estruturas significa uma repressão extrema de tudo o que faz parte do domínio ideológico ou político. Não que haja controle total. Há, sim, uma repressão profunda. Diz ele que esses são fatos, nada mais.

Acrescenta, ainda, que a economia internacional impõe outros tipos de repressão. São coisas que você não pode ignorar – são verdadeiras” (obra cit., p. 30).

Noam Chomsky observa, ainda, que “apesar de subestimar os recursos da violência..existe uma luta constante entre as pessoas que se recusam a aceitar a dominação e a injustiça e aquelas que tentam forçar essas pessoas a aceitá-las” (obra cit, p. 124).

Numa outra entrevista a David Bersamian, publicada pela Ed. Universidade de Brasília com o título “Segredos, Mentiras e Democracia”, afirma que Jefferson, Dewey e outros liberais clássicos reconheciam que as instituições privadas são absolutistas, incontroláveis e basicamente totalitárias na sua estrutura interna. E hoje elas são mais muito mais poderosas do que ele poderia imaginar (p.20).

A uma pergunta se as empresas são facistas ele responde, e aqui faço a citação textual: “ Refiro-me ao fascismo no sentido tradicional da palavra. Assim, quando uma pessoa que nada tem de “alternativa”, como Roberto Skidelsky, o biógrafo do economista inglês John Maynard Keynes, descreve os sistemas criados logo depois da guerra como modelados no facismo, ele quer dizer simplesmente que nesses sistemas o Estado integra o trabalho com o capital sob o controle de uma estrutura corporativa.

É isso que faz tradicionalmente um sistema facista. O modo dele operar pode variar de diferentes formas, mas o Estado ideal que almeja é absolutista, prevendo o controle vindo de cima, com O PÚBLICO ESSENCIALMENTE CUMPRINDO ORDENS.

Fascismo é termo político; por isso estritamente não se aplica às empresas, mas, se examinarmos bem o mundo empresarial, veremos que aí o poder flui de alto para baixo: da diretoria para os gerentes, destes para os empregados de maior qualificação e, por fim, para os vendedores, as datilógrafas, etc. Não há um fluxo de poder ou de planejamento de baixo para cima, e o poder repousa nas mãos dos proprietários, dos investidores, dos banqueiros, etc” (obra cit., p. 12).

Georg Simmel, no estudo “O dinheiro na Cultura Moderna”(1896), alerta para o fato da existência de “conexões entre personalidades e relações objetivas – conexões típicas nestes tempos de economia natural – que desfaziam-se na economia do dinheiro. Esta última interpõe em cada instante, entre pessoa e

coisa definitivamente qualificada, a instância totalmente objetiva e não qualitativa em si mesma do dinheiro e do valor monetário”.

Ele também nos alerta para o fato de que “assim como o dinheiro em geral fez surgir uma proporção radicalmente nova entre liberdade e compromisso, a reunificação, enfaticamente estreita e inevitável, efetuada por ele, provoca, por outro lado, a conseqüência estranha de abrir um espaço extraordinariamente vasto para a individualidade e para o sentimento de independência. O homem das épocas econômicas anteriores encontrava-se na dependência de poucos outros homens, mas estes outros eram individualmente bem definidos e impermutáveis, mas podemos permutá-los ao nosso bem- prazer. Precisamente uma tal relação tem de gerar um forte individualismo, pois não é o isolamento em si que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios. Pelo contrário, é uma forma específica de se relacionar com eles, de tal modo que implica ANONIMIDADE E DESINTERESSE PELA INDIVIDUALIDADE DO OUTRO, QUE PROVOCA O INDIVIDUALISMO”.. AS CORRENTES DA CULTURA MODERNA DESÁGUAM EM DUAS DIREÇÕES APARENTEMENTE OPOSTAS; POR UM LADO, NA NIVELÇÃO E COMPENSAÇÃO, NO ESTABELECIMENTO DE CÍRCULOS SOCIAIS CADA VEZ MAIS ABRANGENTES POR MEIO DE LIGAÇÕES COM O MAIS REMOTO, SOB CONDIÇÕES IGUAIS, POR OUTRO LADO, NO DESTAQUE DO MAIS INDIVIDUAL, NA INDEPENDÊNCIA DA PESSOA, NA AUTONOMIA DA FORMAÇÃO DELA. E AMBAS AS DIREÇÕES SÃO TRANSPORTADAS PELA ECONOMIA DO DINHEIRO QUE POSSIBILITA, POR UM LADO, INTERESSE COMUM, UM MEIO DE RELACIONAMENTO E DE COMUNICAÇÃO TOTALMENTE UNIVERSAL E EFETIVO NO MESMO NÍVEL E EM TODOS OS LUGARES, POSSIBILITANDO À PERSONALIDADE, POR OUTRO LADO, UMA RESERVA MAXIMIXADA, PERMITINDO A INDIVIDUALIZAÇÃO E A LIBERDADE”.

Alerta também para o fato de que “sob uma economia monetária crescente não se dá conta, frequentemente, deste aspecto: que nos deveres, dos quais nos livramos comprando, existem muitas vez ainda direitos e significações mais sutis que abandonamos junto com eles” (Georg Simmel e a Modernidade, Organizadores Jossé Souza e Berthold Öelze, editora Universivade de Brasília, ps. 29 e 30, Brasília, 2005).

Charles Melman, um psicanalista francês, ao falar sobre o mal-estar na civilização, tema que aliás já tinha sido objeto das preocupações de Freud em trabalho específico, anuncia a existência de uma nova economia psíquica, que não refere unicamente a uma simples modificação do social e suas incidências na subjetividade de cada um, mas de uma mudança inédita que estava produzindo efeitos, que podem ser maiores e englobar tanto o indivíduo quanto a vida coletiva, criando uma crise de referências, que instala a compatibilidade entre uma economia liberal desenfreada e uma subjetividade que se crê liberada de toda a dívida para as gerações precedentes, ou futuras, uma geração que se vê privada de suas referências tradicionais, que dá lugar a um homem fabricado, a homens que ele chama sem gravidade, e que passou de uma cultura fundada no recalque dos desejos e, portanto, de uma cultura da neurose, a uma outra que recomenda a livre expressão e promove a perversão,

com escolhas em favor da adoção de uma nova moral, nova forma de pensar, de julgar, de comer, de transar, de casar, de ideais.

Afirma, ainda, que passamos de uma economia organizada pelo recalque à uma economia organizada pela exibição do gozo, levando a deveres radicalmente novos, impossibilidades, dificuldades e sofrimentos diferentes e que o céu está vazio tanto de Deus quanto de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições, e que estamos ultrapassando os limites, até mesmo eliminando o lugar da autoridade, tornando a vida política desértica, sem concepção ideológica ou utópica, sem palavras de ordem ou projetos, transformando os políticos em gestores, reflexos que na minha visão traz um universo de transformações, sendo uma delas a quebra da solidariedade e da cooperação e a uma sociedade extremamente competitiva que não pode dar lugar à solidariedade e à cooperação.

Quais são, contudo, as relações da nossa pergunta com um aparato tecnológico produtivo totalitário? Quais as relações com uma cultura que promove a perversão e que leva a crença de que tudo está liberado? Quais as relações com as denúncias de Noam Chomsky? Que relação tem com a nossa pergunta a transformação de políticos em gestores?

As conseqüências de transformar políticos em gestores podem ser esclarecidas como apenas dois exemplos: 1) no meu Estado, o Maranhão, não temos mais Secretarias de Estado e sim gerências; 2) em São Paulo recentemente o governador Geraldo Alkmin ao se lançar candidato à Presidência da República falou em ser gerente. Aparentemente buscam eficiência porque gerentes devem ser eficientes, devem conduzir os destinos do povo ou do Estado como negócios, mas é bom lembrar que com a extinção das monarquias também extinguiu-se a figura dos súditos e criou-se a do cidadão com direitos inteiramente novos, mas nos dias de hoje caminhamos da cidadania para a de subordinados aos gerentes, subordinados e integrados num processo tecnológico totalitário, numa civilização de máquinas, ou num sistema econômico que busca cada vez eficiência e sucesso num mundo de concorrência globalizada, mas que não ajuda a promover a solidariedade ou a cooperação.

Vivemos no universo das ofertas de mercadorias, e dos que estão fora do mercado; estamos submetidos às necessidades do mercado e as suas leis ou ao universo da competição desenfreada, da diminuição dos espaços e oportunidades nos grandes centros urbanos, onde o ideal liberal não é favorecer o enriquecimento recíproco, mas o de favorecer as trocas liberadas de toda referência reguladora, liberada de entraves, mas com evidentes manifestações na vida psíquica e social.

É nesse quadro que devemos refletir sobre a pergunta e sobre os reflexos e as conseqüências para o Direito do Trabalho e as relações entre empregados e empregadores, cujas discussões sobre flexibilização e desregulamentação são apenas facetas e aspectos que foram impostos pela realidade da economia, embora haja uma outra economia, a economia psíquica, que não é falada ou mencionada, mas que está aí sem que percebamos.

Poderia, com todos os exemplos citados, anunciá-los ou carimbá-los como inimigos, mas não creio que esse seja o melhor caminho para a compreensão dos conflitos, dramas, valores, crenças e ideais que movem os homens .

E não é o melhor caminho porque Freud no livro “O futuro de uma ilusão” faz várias observações que podem nos ajudar a caminhar nas reflexões que estão sendo feitas. Afirma ele: “AS EXPECTATIVAS SUBJETIVAS DO INDIVÍDUO DESEMPENHAM UM PAPEL DIFÍCIL DE AVALIAR, MOSTRANDO SER DEPENDENTES DE FATORES PURAMENTE PESSOAIS DE SUA PRÓPRIA EXPERIÊNCIA, DO MAIOR OU MENOR OTIMISMO DE SUA ATITUDE PARA COM A VIDA, TAL COMO LHE FOI DITADA POR SEU TEMPERAMENTO OU POR SEU SUCESSO OU FRACASSO”(Ed. Imago, obras completas, vol. XXI, p. 15, RJ).

Ele também afirma que “AS RELAÇÕES MÚTUAS DOS HOMENS SÃO PROFUNDAMENTE INFLUENCIADAS PELA QUANTIDADE DE SATISFAÇÃO INSTINTUAL QUE A RIQUEZA EXISTENTE TORNA POSSÍVEL..um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem”, assim como diz que todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, em face do pesado fardo de sacrifícios que a civilização impõe a fim de tornar possível a vida comunitária.

Acrescenta Freud que a civilização tem de ser defendida contra os indivíduos, e que os regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa, visando não só uma certa distribuição de riqueza, mas também manter essa distribuição.

Para ele tem-se a impressão de que a civilização é algo que foi imposto a uma maioria resistente por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção, sendo evidente que as dificuldades não são inerentes à natureza da própria civilização, mas determinadas pelas imperfeições das formas culturais que até agora se desenvolveram, especialmente no trato dos assuntos humanos.

Alerta ele para o fato de que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto, tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais.

Prossegue dizendo que poderíamos pensar que o controle da natureza para adquirir riqueza e que os perigos que ameaçam a civilização poderiam ser eliminados por uma melhor distribuição de riqueza entre os homens, mas deslocada a ênfase do material para o mental, é uma questão decisiva saber até que ponto é possível diminuir os ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los, sendo tão impossível passar sem o controle da massa por uma minoria, quanto dispensar a coerção no trabalho da civilização, já que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes; não tem amor à renúncia instintual e não podem ser convencidas pelo argumento de sua inevitabilidade (os. 16 e 17 da obra citada).

Para Freud o homem acha-se aparelhado com as mais variadas disposições instintuais, cujo curso definitivo é determinado pelas experiências da primeira infância, razão pela qual a coerção não pode ser dispensada no trabalho da civilização porque ela própria é apenas o resultado de defeitos nos regulamentos culturais.

Freud desliza do campo da economia para o da psicologia quando afirma que a princípio ficou tentado a procurar as vantagens da civilização na riqueza disponível e nos regulamentos para sua distribuição, mas reconhecendo que toda civilização repousa numa compulsão a trabalhar e numa renúncia ao instinto, torna-se claro que a civilização não pode consistir só na riqueza, nos meios de adquiri-la e nas disposições de sua distribuição, uma vez que essas coisas são ameaçadas pela rebeldia e pela mania destrutiva dos participantes da civilização.

Ele também nos fala em FRUSTRAÇÃO quando o instinto não pode ser satisfeito, em PROIBIÇÃO como o regulamento pelo qual a frustração é estabelecida e COMO PRIVAÇÃO a condição produzida pela proibição. E privação em psicanálise é origem e causa de agressividade e de conflitos.

Temos privação que afetam a todos, mas também temos privações que afetam apenas a grupos, classes ou mesmo indivíduos isolados, mas privação nos leva necessariamente à busca de satisfação, daí a razão pela qual a maioria dos conflitos sejam oriundos de falta de suprimento, ou decorrente do que cada um vai considerar falta. O ladrão na rua, ou o ladrão de qualquer outro lugar ou ocasião, o empregado que rouba na empresa, o empregador egoísta que está ávido de lucros, estão procurando suprimento, tentando suprir o que consideram uma falta.

Freud também nos alerta para o fato de que a coerção externa possa ser internalizada e por esse meio se torna um ser moral e social, mas “se uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte e de seus participantes depende da opressão de outra parte, parte talvez esta maior – e este é o caso de todas as culturais atuais – é compreensível que pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas de cuja riqueza não possuem mais do que uma quota mínima. Em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições, têm a intenção de destruir a própria cultura e, se possível, até mesmo aniquilar os postulados em que se baseia” (obra cit. p. 22).

Freud também nos fala do ideal através do ideal do ego, que é o narcisismo do sujeito, uma fantasia que o homem projeta adiante. O ideal do ego seria uma conjunção entre o narcisismo absoluto e a objetividade, entre o princípio do prazer e o princípio da realidade.

Todos conhecem o mito de Narciso, figura mitológica revelado pela sabedoria grega, voltado para si mesmo, enamorado da própria imagem, rejeitando as

ninfas amorosas que o procuravam, sendo condenado por isso a não ter alteridade e a não perceber o outro.

Em psicanálise falamos em “eu ideal” e “ideal do eu” que são duas instâncias psíquicas. Por Eu Ideal é designada uma imagem que atrai o sujeito para um ideal e serve de suporte para sua identificação, vindo de um registro imaginário. Já o Ideal do Eu é constituído por um outro traço que atrai o sujeito para um ideal, é uma instância simbólica que reenvia a um valor moral ou ético, sendo aspectos psicológicos que têm relação com escolhas individuais e sociais, muitas vezes inconscientes, com crenças, levando a que nas ações humanas convirjam vários fatores, entre os quais, o do poder a que já nos referimos anteriormente.

Com o aparecimento de uma nova economia psíquica, com o avanço quase totalitário do liberalismo e sua falta de solidariedade, com a invasão das máquinas e a construção de um sistema em que falta cooperação e onde impera a concorrência desenfreada e sem limites, onde a eficiência e o sucesso passam a ser exigências primordiais, como se todos pudessem estar no mesmo nível e estivessem aptos a atender às mesmas exigências, ou tivessem as mesmas oportunidades, é compreensível que se projete em alguém as responsabilidades pelos dramas e sofrimentos porque não posso projetá-lo em algo difuso e de difícil percepção, algo que embora seja difuso e de difícil percepção encontra-se tão estruturado que levou Marx a falar que as relações de produções, as relações sociais, têm leis que independem dos indivíduos.

Krishnamurti, numa palestra em Ojai, em 1945, que está publicada no livro “Sobre La Ética y Los Médios de Vida”, editora Edaf, Madri, afirma que “la eficiencia se torna despiadada cuando predominan los valores sensorios, cuando se deja de lado el valor de lo eterno”.

Afirma ele que “obviamente, hay medios de vida incorrectos. Alguien que ayuda a fabricar armas y otros métodos de matar a sus semejantes, se ocupa en promover la violencia, la cual jamás traerá paz al mundo. El político que, ya sea en beneficio de su nación, de si mismo o de una ideología, se ocupa en dirigir y explotar a otros emplea, por cierto, medios de vida incorrectos que conducen a la guerra, la desdicha y el dolor del hombre. El sacerdote que se aferra a un prejuicio especializado, a un dogma, a una creencia, a una forma particular de culto y oración, también usa un medio de vida incorrecto, porque solo difunde ignorancia o intolerancia que ponen al hombre contra el hombre”.

Ele nos alerta para o fato de que “la ambición nos impulsa a competir y a ser despiadados en nuestro deseo de triunfar. Por lo tanto, el que no quiera explotar o contribuir a las causas de la guerra, debe dejar de seguir la tradición, de ser codicioso, ambicioso, egoísta”. Prossegue dizendo que “uno puede tener un recto medio de vida, pero si en lo interno es POBRE E INSUFICIENTE, SERÁ UNA FUENTE DE DESDICHA PAEA SI MISMO Y PARA LOS DEMÁS”; SERA IRREFLEXIVO, VIOLENTO Y ARROGANTE” (OS. 16 E 17).

As citações e os exemplos que foram mostrados revelam, portanto, a existência de uma estreita ligação entre o tema que me foi proposto, o direito e psicologia, entre o direito e a economia. o viver e certas escolhas e visões dos homens e a própria questão civilizatória. A diferença entre o direito e a psicologia é que o profissional do direito trata essencialmente do conflito entre pessoas, dos seus efeitos, enquanto o psicólogo vai tratar de alguém com conflito.

Embora seja relevantíssimo o papel da CLT no decorrer destes anos, inclusive para a paz social, devemos refletir sobre as razões da alta conflituosidade social, cujo reflexo são milhões de ações ajuizadas anualmente, ou mesmo refletir porque a maioria das ações não tratam da dor do afeto não correspondido, das frustrações, dos conteúdos recalçados, da vontade de revanche, da vontade de extorquir, da busca de privilégios indevidos, da inveja, do desejo, ou mesmo do que os rabinos judeus chamam de necessidade suprimento.

Os nossos fóruns transformaram-se no palco onde deságuam os conflitos das mais variadas naturezas, onde, na última cena, para o drama humano, são apresentados os vencidos e os vencedores, e onde as conciliações são obtidas mais por necessidade e por perda de interesses instintuais do que propriamente por causa da verdade, apesar dos conflitos ou desentendimentos entre pessoas muitas vezes terem origem em conflitos interiores que afloram das mais diversas formas e levam as pessoas a projetarem nos outros suas dificuldades ou aspectos inconscientes não percebidos.

Outras vezes a nossa paz vai depender das tradições errôneas ou formações pessoais, ou do grau de internalização de regras culturais ou valores morais. Em outras ocasiões vamos estar sujeitos a ambição desmesurada ou as regras da economia que fogem ao nosso controle.

O direito, como instrumento de coerção, usa como referência os fatos analisados à luz dos dispositivos legais estabelecidos e em processo fala-se interesse resistido, mas a psicologia vai buscar a realidade psíquica da pessoa para saber a origem dos conflitos e as razões pelas quais os “inimigos” existem. E os “inimigos”, por mais que eu entenda que não, existem para muitos por vários motivos.

No Alcorão Satanás é apresentado como inimigo de Adão e de sua mulher porque provocou sua expulsão do paraíso, portanto, o lançou em condições em que teriam que adquirir o sustento com o suor do seu rosto e que sofreriam. O Alcorão cita as condições intrínsecas de Adão que favoreceram as sugestões de Satanás, como falta de resolução, desobediência e ouvir uma outra orientação que não a de Deus que determinou não comer do árvore do bem e do mal.

Judas entrega e vende Jesus por 30 moedas, revelando de um lado o amor pelo dinheiro, o desrespeito pelo outro que é simbolizado na figura de Jesus, a mercantilização do sagrado, a cegueira, a traição do próprio amigo. Por qual

razão 30 moedas eram tão importantes para Judas e continuam sendo tão importantes para muitos?

O inimigo, contudo, parece ser a autonominação das condições criadas, o outro que interdita o desejo, a filosofia moral prevalecente nos dias de hoje de que cada ser humano deve encontrar em seu meio com o que se satisfazer plenamente. Se não é assim, é um escândalo, um déficit, um dolo, um dano. Assim, quando alguém expressa uma reivindicação qualquer, está legitimamente no direito de ver sua reivindicação satisfeita. As mulheres protestam contra o tratamento desigual e rapidamente a legislação é modificada. Homossexuais resolvem casar e a legislação tem que ser mudada. Querem adotar filhos e os juízos deferem seus pleitos apesar da transmissão psíquica que vai afetar as crianças adotadas. Trabalhadores sem terra invadem fazendas e os proprietários imediatamente são impedidos de se defenderem porque todos, ou por covardia moral, ou porque são minoria, estão obrigados a lhes dar atenção e a atender suas reivindicações.

Citei a voz de um líder do PT, Plino Arruda, mas devemos também ouvir a voz mansa de Hrishnamurti, quando afirma que “casi todas nuestras ocupaciones están impuestas por la tradición, la ambición o la codicia. Em nuestra ocupación somos despiadados, competitivos, falsos, astutos y sumamente autoprotectores...devemos marchar com al alta eficiencia de la voraz máquina de negócios. Es um lucha constante por mantener uma posición, por volvernos más agudos e ingeniosos. La ambición jamás puede encontrar una satisfacción duradera; está siempre buscando campos más amplios para afirmar su arrogância” (obra cit. Os. 19 e 20).

Karen Horney, uma psicanalista americana, retrata as mesmas verdades falando da competitividade neurótica como um aspecto extremamente importante da cultura contemporânea. Ela a definiu como uma necessidade indiscriminada de vencer a qualquer custo. Aquele que manifesta essa necessidade encara a vida como um jôquei numa corrida, para a qual a única coisa que importa é estar à frente dos outros.

Sathya Sai Baba, num discurso proferido em Madras, Índia, em 20 de abril de 1967, alerta para o fato de que “a inundação gigantesca da moderna civilização das máquinas está fazendo com que sejam rapidamente esquecidos todos os traços do Divino que há no homem” e que “a atmosfera tem sido poluída pelo ódio, ganância e COMPETIÇÃO DOENTIA”.

Não percebemos, como afirma Plínio Arruda, os gestos extremos da desobediência civil para despertar uma sociedade anestesiada, incapaz de mudanças ou de ouvir os clamores do povo. Mas não percebemos também o desejo que causa muitos dos problemas e que se mantém, segundo Charles Melman, muito mais pela inveja que em referência a um suporte ideal. Não percebemos o desejo que é dependente da imagem do semelhante enquanto o semelhante é possuidor do objeto ou objetos suscetíveis de suscitar minha inveja. Todo desejo parece nos dias de hoje tornar-se legítimo.

Todos sabem que entre patrões e empregados há um relação, que para os profissionais do direito é uma relação jurídica, um contrato, mas defini-la dessa forma não a explica na sua inteireza porque ela é um processo complexo. Ela é fruto do interesse, mas pode ter afeto, consideração, adaptação, abnegação, entrega ou mesmo nada que conquistar. Pode estar isenta de dominação, do espírito de posse, como também não pode ter nada disso. Os problemas que surgem podem ser de responsabilidade dos patrões ou dos empregados.

Ocorre que não podem reunir-se a agressividade e o amor, a ocupação e a relação? Se um é cruel, competitivo, ambicioso, enquanto o outro é abnegado, benévolo, não podem reunir-se. Pessoas traficam com sangue e dinheiro enquanto outras tratam de ser amáveis, afetuosas. Muitos estão embotados pelas rotinas dos empregos, outros estão obrigados a trabalhar por causa das necessidades, mas vivem com conflitos ou estão em conflito.

III

CONFLITOS

Todas as sociedades produzem antagonismos que não nascem casualmente e nem podem ser arbitrariamente eliminados. Ocorrem tensões, desequilíbrios, contrastes entre os diversos níveis da realidade da sociedade. O aspecto importante a ser observado diante do que acaba de ser mencionado é que se rejeita aqui qualquer causa exógena, meta-social do conflito. Todo conflito decorre da configuração da sociedade, do sistema político, das relações internacionais. Decorre de causas aparentemente inelimináveis, embora possam ser sufocados ou bloqueados pela força, pela coerção, sendo rara a supressão dos conflitos, isto é, a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes.

As sociedades organizadas procuram diluir o conflito, submetê-los a regras, contê-los, orientar, mas as conseqüências todos os conhecem nos seus mais variados aspectos, indo do pessoal ao familiar, do familiar ao social, do nacional ao internacional.

Nem sempre o conflito se desenvolve abertamente. Um exemplo de conflito aberto é o provocado pelo Movimento dos Sem Terra, um outro a greve. A greve é um conflito organizado, mas não esgota todas as manifestações conflituais no trabalho, como elevada rotatividade, absenteísmo, sabotagem, indisciplina, os comportamentos tidos como de desafeição ao trabalho.

O dicionário Houaiss define conflito como a profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes, também como choque, enfrentamento, discussão acalorada, o ato ou efeito de divergirem acentuadamente ou de se oporem duas ou mais coisas.

Fala-se em conflito intrapsíquico, conflito social, conflito organizacional, conflito armado, conflito de atribuições, conflito de jurisdição, de competência, o que pode ser suscitado pela parte interessada.

Para as teorias behavioristas é o estado provocado pela coexistência de dois estímulos que disparam reações mutuamente excludentes.

Em psicanálise fala-se em conflito psíquico quando, no sujeito, opõem-se exigências internas contrárias. O conflito pode ser manifesto entre um desejo e uma exigência moral, por exemplo, ou entre dois sentimentos contraditórios, ou latente, podendo este manifestar-se de forma deformada no conflito manifesto e traduzir-se particularmente pela manifestação de sintomas, desordens de comportamento, perturbações de caráter.

A psicanálise considera não só o conflito como constitutivo do ser humano mas em outras diversas perspectivas: a) conflito entre desejo e a defesa; b) conflitos entre diferentes sistemas ou instâncias; c) conflitos entre as pulsões, e, por fim, o conflito edipiano, onde não apenas se defrontam desejos contrários, mas onde estes enfrentam interdição.

Desde as suas origens a psicanálise encontrou o conflito psíquico, sendo obrigada a fazer dele a noção central da teoria das neuroses. No tratamento à medida em que se vai aproximando das recordações patogênicas aparece uma crescente resistência, que nada mais é do que uma defesa intrapsíquica contra representações inconciliáveis.

A origem do conflito também é encontrada nos aspectos da dualidade, dos quais bem e mal, amor e ódio, preto e branco, cooperação e não cooperação, servem de exemplos. A idéia de conflito denota, tanto no senso comum como nos discursos técnicos, uma oposição pelos menos entre duas partes. A oposição não aparece como condição da existências das partes, mas, ao contrário, as partes é que aparecem como condição da exigência do conflito.

A oposição entre as partes surge da possibilidade que elas têm de atribuir “um conteúdo de sentido” conflitual às suas relações previamente existentes. É indiferente, para esse ponto de vista, a determinação objetiva da relação conflitual como antagonismo ou como contradição, que está presente mesmo quando as partes não sabem. Quem estabelece o conteúdo concreto do conflito são as partes quando decidem por este ou aquele conteúdo de sentido.

O conflito seria umas das formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Uma outra possível forma de interação é a solidariedade e a cooperação.

O conflito é mais que desacordo. É a interferência deliberada sobre as tentativas de outras partes atingirem seus objetivos.

A noção de conflito, portanto, deve passar por uma rigorosa conceituação porque, quando não consegue esclarecer as complexas mediações, as questões psíquicas, os estados do ser, entre a estrutura social e os sujeitos

agentes concretos que, sobre seus conteúdos específicos, agem, permanece como nomeação ideológica, uma abstração indeterminada, aberta a muitos significados, ou então não pode ser compreendida adequadamente.

Quando se fala em conflito social, que é uma expressão genérica e indeterminada, a noção vem ligada à uma rede de noções ideológicas, como se constituíssem um processo social–genérico básico, seja no nível da natureza humana, seja ao nível da natureza social.

A noção de conflito em ciência social vai depender muito mais de uma evidência razoável do que de uma construção racional rigorosa. A noção está vinculada aos discursos aplicados da ideologia, tais como discursos normativo-jurídicos, discursos políticos, discursos técnicos.

O conflito pode surgir da hegemonia construída pela prática e sua inscrição na estrutura social, como pode ser fundado na exacerbação da indiferença pelo outro, como, por exemplo, na natureza humana individualista proposta por Hobbes, ou mesmo pela ruptura da igualdade formal como supõe Locke em relação aos direitos naturais, assim como pode se manifestar nos mais variados tipos de estruturas sociais e organizações.

O Dicionário de Política de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino menciona que “ existe um acordo sobre o fato de que o conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Esta proposição, porém suscita imediatamente diferenciações e divergências atinentes à maior parte dos problemas ligados ao conceito de conflito e à sua utilização.

O Dicionário não aborda o conflito entre os indivíduos no sentido psicológico, mas procura focalizar o Conflito Social e o Conflito Político, de que o Conflito Internacional pode ser considerado uma importante categoria, como serve de exemplo a Guerra. Menciona que qualquer grupo social ou qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem.

Quando analisamos os componentes do conflito podemos fazê-lo sob diversas perspectivas: individuais, coletivos, com objetivos de controle sobre recursos escassos. Prevalentemente estes recursos são identificados no poder, na riqueza e no prestígio. Conflitos internacionais podem decorrer do território. Nos conflitos políticos o recurso mais ambicionado será o controle de cargos em competição. Nos conflitos industriais os objetos podem ser as relações de autoridade e de comando, manutenção de posições no sistema de competição.

Quando o conflito ocorre pode ser visto e experienciado de várias maneiras, podendo ser identificados três níveis:

- 1) o conflito é percebido;
- 2) o conflito é experienciado, provocando sentimentos de hostilidade, raiva, medo, descrédito entre uma parte e outra;

3) o conflito é expresso através do comportamento, que é a interferência ativa ou passiva por pelos menos uma das partes.

O conflito ocorre no contexto de um relacionamento entre duas ou mais partes, podendo ocorrer entre indivíduos ou conjunto de indivíduos. O conflito em uma organização ocorre dentro de um contexto de um sistema de funcionamento, e, portanto, dentro de um contexto de relacionamento contínuo entre pessoas, grupos e unidades de trabalho.

Schmidt e Kochan definem conflito como o “comportamento aparente que surge de um processo no qual uma unidade procura alcançar seus próprios interesses nos seus relacionamentos com outras unidades e não estão em conflito quando está ausente a interferência deliberada onde essa interferência deve ser deliberada e com algum objetivo, pelos menos por uma das partes” (Psicologia Social, uma abordagem teórica, Ed. Campus, 1983, ps. 87/88m RJ).

Há conflito quando estamos diante de dois motivos incompatíveis querendo assumir a direção do nosso comportamento. É um estado psicológico decorrente da situação em que a pessoa é motivada, ao mesmo tempo, para dois comportamentos incompatíveis e se a pessoa pudesse atender aos dois motivos não haveria conflito.

Uma classificação dos tipos básicos de conflitos pode ser a seguinte:

a) conflito aproximação-aproximação, quando entre duas escolhas agradáveis se quer aproximar-se das duas. Ocorre quando o indivíduo se sente motivado para duas metas positivas;

b) conflito afastamento-afastamento, ocorrendo quando entre duas coisas desagradáveis tem que se escolher uma. Resulta da ocorrência de duas alternativas indesejáveis;

c) conflito aproximação-afastamento, envolve um mesmo objeto para o qual nos sentimos ao mesmo tempo atraído e reprimido.

Um dos componentes do conflito é a de controle de recursos escassos, sendo estes recursos identificados no poder, na riqueza, no prestígio.

De acordo com os tipos e os âmbitos podem também ser identificados recursos novos ou mais específicos. Por exemplo: em conflitos internos ou internacionais um importante componente do conflito é o território; nos conflitos políticos o recurso mais ambicionado será o controle de cargos em competição, o poder. Nos conflitos trabalhistas a luta por melhores condições salariais ou de vida. Ainda aqui vamos encontrar subjacente as observações da psicanálise quanto ao desejo e a questão de poder, que vai do poder biológico até a questão do aparelho psíquico.

Recentemente foi noticiado o assassinato de idosos por alguns jovens, o que associa poder biológico, da juventude, inadequadamente usado, como se o vivo tudo pudesse e o velho nada possa. Vivo e produtivo estão associados ao vigor da juventude, mas com isso desenvolve-se o império do narcisismo, não há alteridade, não se olha ou respeito o outro. Observem que certas operações de grupos de assaltantes, ou em locais públicos ou em túneis, procuram cercar a presa indefesa, como se fossem matilhas de lobos, portanto, um comportamento próximo do animal. Só que o animal mata para comer, enquanto o ser humano desceu a processos de degradação que não são praticados no reino animal, tornando-se piores.

Fiz uma rápida observação para o poder biológico, mas a ausência de poder provoca sentimento de desamparo, angústia, passando medo e desconfiança a imperar nas relações de objeto, que aos poucos passam para a agressividade oriunda de aspectos destrutivos inconscientes e de desesperança.

Freud não idealizou a cultura e tinha uma visão realista quanto a ela, dos sacrifícios impostos por ela e as dificuldades de lidar com ela, assim como observou a notória escassez de recursos culturais eficientes para promover a simbolização em vários aspectos, sejam eles políticos, ideológicos, éticos, religiosos, estéticos.

Por causa das confusões de papéis nas relações humanas, por causa da autonomização do papel do dinheiro, da invasão das máquinas e da tecnologia, a construção da subjetividade vem levando a perda das utopias e da esperança, em guerras sustentadas por vaidades políticas, por patologias de poder, enquanto a mídia exalta corpos de belos homens e belas mulheres como padrões estéticos, mas também com a ilusão da felicidade, do bem estar e poder.

Existem, portanto, diversos níveis nos quais podem ser situados os conflitos e as razões porque as pessoas pensam que há inimigos. Podemos centrar a atenção nos conflitos de classe, como fez Marx, ou nos conflitos étnicos como fazem os racistas, ou na raça como fizeram os nazistas, ou no patrão, ou no sistema econômico.

Sociólogos e politólogos se questionam sobre os conflitos sociais e de acordo com suas teorias fornecem interpretações diferentes.

Comte, Spencer, Pareto, Durkheim, Talcott Parson, vêem o equilíbrio como o estado normal, sendo o conflito uma perturbação. Já que o equilíbrio seria o natural as causas dos conflitos seriam meta-sociais. Na oposição encontram-se Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel, Dahrendorf. Na posição intermediária encontram-se os que aderem a teoria funcionalista que vêem os conflitos como produto das estruturas sociais, vendo o conflito como uma disfunção. Ele seria ou não produto ou não do mau funcionamento do sistema, produzindo obstáculos e problemas.

Para Dahrendorf toda estrutura sociedade é uma estrutura relativamente estável, toda sociedade uma estrutura bem equilibrada de elementos, toda sociedade se conserva graças ao consenso de todos os seus membros.

Temos duas correntes básicas de pensamento sobre a visão conflitual: o marxismo e a corrente liberal. Marx pretende abolir a divisão entre as classes para abolir todos os conflitos. Para ele o conflito social, ou o que ele chama de conflito de classes, encontra-se subjacente ao próprio processo social, independentemente de interações conscientes, mas como processo historicamente estruturado. Já para Dahrendorf toda sociedade está sujeita a processos de mudanças, toda sociedade é uma estrutura contraditória, toda sociedade mantém-se pela coerção. Marx olha a estrutura econômica, enquanto Dahrendorf a estrutura da autoridade embora em Marx encontrem-se mecanismos de dominação e de autoridade.

Estudos revelam que nas empresas automobilísticas cujos líderes sindicais se demitiram registrou-se uma diminuição das greves, mas ocorreu um aumento de absentismo, de rotatividade, de acidentes. Pelo contrário, em outros casos se destacou que a uma redução das precedentes taxas normais de rotatividade, devida à deterioração do mercado de trabalho, corresponde uma improvisada onda de conflito organizado.

Nos conflitos organizados a insatisfação pode ser traduzida em objetos reivindicáveis e negociáveis, enquanto os conflitos não organizados não desemboca em negociações.

Institucionalizar o conflito significa a definição de normas e regras que são aceitas pelas partes, voltando o antagonismo para o esforço de obter do outro o maior número possível de concessões e não tem como objetivo a tentativa de destruir o outro.

O conflito institucionalizado se torna parte integrante do modo de funcionamento da sociedade, desempenhando o papel de tornar explícitas as razões que dividem os grupos que se contrapõem, de tornar claras as reivindicações, objetivando uma rápida solução das controvérsias e concorrendo para a estabilização da estrutura social quando adequadamente manejado.

O exame dos conflitos sociais e suas formas de motivação, contudo, não é suficiente para que se tenha uma visão mais pormenorizada sobre administração de conflitos, especialmente nos contextos organizacionais.

Uma coisa é a sociedade, que é geralmente estudada no aspecto dicotômico sociedade-estado e das relações que aí surgem, e do envolvimento do papel exercido pelos cidadãos e pelo Estado nesta relação, e outra o papel exercido por grupos e organizações menores, que surgem e se formam no seio da própria sociedade.

Uma política econômica que marca o triunfo do liberalismo traz consigo, de maneira muito direta, uma mutação da relação com o semelhante, rompendo as solidariedades em proveito da concorrência e da agressividade.

A identidade que outrora era organizada a partir de um reconhecimento de si pelo outro, na qual os traços específicos tinham fundamentos éticos como honra, dignidade, coragem, o sacrifício, o dom de si, mudou com o crescimento do capitalismo onde só há o reconhecimento de si pelo capitalista e, por isso, de todo sujeito inserido no sistema, de onde surge a necessidade de aumentar sem parar o capital, sem nenhum limite.

O sujeito capitalista corre sem cessar atrás desse reconhecimento, arriscando se arruinar, ser preso.

Estamos diante de duas lógicas diferentes: uma é fundada na assunção do traço que assegura a identidade; a outra é organizada pela busca incessante das marcas de uma identidade que só vale no olhar do semelhante.

Enquanto isso o direito é utilizado para velar pelo cumprimento da nossa economia psíquica, de garantir certas satisfações. O direito vai legislar para impor a uma igualdade formal perante a lei, estabelecer em bases toleráveis os conflitos existentes e as alterações processadas com a nova economia psíquica.

O liberalismo econômico, no dizer de Charles Melman, traz como efeito a dissolução do laço social. Traz também uma nova economia psíquica modificadora da estrutura psíquica dos sujeitos, o que levou Lacan a afirmar que o inconsciente é social. O inconsciente nunca é uma questão singular.

A economia psíquica liberal é compatível com o modelo econômico de mercado. Ela encoraja um hedonismo sem rédeas, mas também é uma ideologia anônima, não tem responsável, onde não sabemos quem é o inimigo, mas podemos projetá-lo para quem está mais próximo, o patrão, ou quem carrega uma bolsa na rua.

Eis-nos então numa comunidade organizada pelo individualismo exacerbado e pela concorrência de um contra todos, diante de uma nova economia psíquica que nos leva a perguntar se o modelo antigo está morto ou se o homem liberal, seguro da legitimidade do seu gozo vai subjugar o outro. Cabe então perguntar se o livre curso do gozo vai por limites ao tormento do desejo e se podemos construir um processo civilizatório menos imperfeito.

IV

CONCLUSÕES

Não creio que haja, a rigor, nenhum inimigo, a não ser os possam ser encontrados no próprio homem. Patrões e empregados não são inimigos, antes colaboradores com tarefas e papéis diferentes, sujeitos aos mesmos percalços

e às mesmas dificuldades, embora possam pensar algumas vezes que são ou agir como se fossem. E não são porque um não pode prescindir do outro.

Também não são inimigas as complexas estruturas econômicas ou tecnológicas criadas pelas homens. O que há são obstáculos e dificuldades oriundas de um quadro individual e social extremamente rico, complexo, de dimensões variadas, que ora diz respeito à cultura e aos sistemas, ora passa pelas questões psíquicas, pelos conflitos, pelas visões equivocadas, por uma nova economia psíquica que quebra os laços de solidariedade e nos coloca diante de um individualismo exacerbado e do egoísmo humano, este sim o nosso próprio inimigo, que leva à concorrência de um contra todos, das incompreensões e imaturidades sociais e individuais, de uma sociedade composta de indivíduos que constroem um processo civilizatório insatisfatório.

O inimigo pode ser a busca do gozo a qualquer custo, a busca do lucro a qualquer custo, enquanto os obstáculos podem ser as crenças e as ideais que abraçamos e não queremos abrir mão porque não percebemos que a dimensão da vida é bem maior do que o círculo vicioso e limitado das nossas crenças.

O obstáculo é a falta de compreensão de que no processo de mutação nada é fixo ou imutável, embora os sistemas econômicos e naturais sejam grilhões que o homem precisam romper e não serem por eles escravizados.

REFERÊNCIAS

CAMUS, Albert. O homem revoltado. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

SAI BABA, Sathya. Discurso proferido em Madras, Índia, em 24/14/1967, www.stahyasai.org.br.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [2000?].

CHOMSKY, Noam. A minoria próspera e a multidão inquieta. Brasília: Ed. Universidade Brasília, 1999.

_____. Segredos, mentiras e democracia. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

FAGUNDES, José Otávio. Ideal e idealização na trama do poder. Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. 39, n.2, 2005.

FIORELLI, José Osmir; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio Olivé. Psicologia nas relações de trabalho. São Paulo:Ed. Ltr, 2003.

HORNEY, Karen. Teorias da personalidade, [s.l]: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2002.

HOBBS, Thomas. O Leviatã, 2. ed. São Paulo. Ed. Abril Cultural , 1979.

MARCUSE, Herbert. Ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1967.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Moscovo:Ed.Avante-Lisboa; Ed. Progresso. 1982. T. 1.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. Rio de Janeiro: Imago Ed., [2000?], v. 21.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral, a violência perversa no cotidiano. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

HOUAISS. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2001.

KRISHNAMURTI, J. Sobre la ética y los médios de vida. Madri. Ed. Edaf, 1995.

MELMAN, Charles. O Homem sem gravidade – gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro. Ed. Companhia de Freud, 2003.

SHMIDT & KOCHAN. Psicologia social, uma abordagem teórica. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1983.

SIMMEL, Georg – O dinheiro na cultura moderna: contido no livro Simmel e a Modernidade, organizadores Jessé Souza e Berthold Öelze, 2ed. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 2005.